

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Priscila Santos de Almeida, Raquel Santos Sant'Ana. Serviço Social – Serviço Social – Departamento de Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

A presente pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social no ano de 2006, com bolsa de iniciação científica da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), cujo foco de análise é o trabalho do analista de desenvolvimento agrário – assistente social – na Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

O objetivo deste estudo é apreender a contribuição da formação em Serviço Social na efetivação da Política de Reforma Agrária, bem como verificar a participação deste profissional na gestão e execução de projetos nos assentamentos rurais. Sua importância se dá no sentido de suscitar elementos que coloquem em pauta esta problemática, instrumentalizando as proposições e encaminhamentos ao profissional de Serviço Social no processo de efetivação da Reforma Agrária enquanto Política Pública.

Nessa perspectiva, a questão agrária configura uma das particularidades da questão social¹, matéria-prima do trabalho profissional, ao congrega em si as mais variadas contradições geradas no campo, que influenciam e são influenciadas pelo contexto urbano. São retratos dessa realidade: a concentração de terras, o processo de modernização no campo, o êxodo rural, o trabalho rural assalariado com desrespeito aos direitos sociais e trabalhistas, a demanda por moradia, emprego e serviços sociais, assim como a presença de acampamentos, assentamentos rurais e movimentos de luta pela terra².

Enquanto Política Pública, determinada na Constituição Federal de 1988, a Reforma Agrária deve ser assegurada pelo Estado, cuja presença é imprescindível no sentido de garantir a desconcentração fundiária concatenada à geração de trabalho e renda, à segurança alimentar e a efetivação de direitos no meio rural, bem como o conjunto de políticas públicas decorrentes desse processo, as quais viabilizarão o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural das famílias assentadas e a consolidação desses locais.

Assim, os assentamentos devem ser apreendidos enquanto espaços de referência para as políticas públicas. Nesse momento, novas demandas emergem na construção dessa dinâmica social, pressionando os poderes públicos locais e estaduais responsáveis pela prestação destes vários serviços. Nesse âmbito, emanam as reivindicações da população assentada no processo de efetivação de direitos, movimento de concessão-conquista (Pastorini, 1997) na relação estabelecida com o Estado, que gera o fortalecimento da organização e participação desses sujeitos:

Os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado: são uma criação do Estado e ficam sujeitos à sua gestão e à sua ingerência. É essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses. (LEITE, 2004: 111)

No estado de São Paulo, a Fundação Itesp, vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, é o órgão responsável pelo planejamento e execução de políticas agrária e fundiária. A particularidade que envolve a expressão da questão agrária paulista emerge nas várias regiões do estado (Medeiros e Leite, 1999), perpassando pela grilagem, luta de posseiros, terras devolutas demarcadas por médios e grandes pecuaristas através da falsificação de documentos, assim como a expansão dos movimentos sociais de luta pela terra. A ocupação do território e a contradição política evidenciam-se pela

¹ A questão social encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social, e é apreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada, por parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2003: 27)

² A análise apresentada sobre questão social e questão agrária baseia-se no Projeto de Pesquisa “Serviço Social e Questão Agrária: um estudo sobre a atuação do assistente social junto a trabalhadores rurais assalariados da região de Ribeirão Preto-SP” elaborado pela orientadora deste trabalho em 2004.

exaltação do agronegócio e explicitação da “Política de Assentamentos” com 195 assentamentos em diferentes fases de desenvolvimento³.

Ora, é fundamental ressaltar, conforme Vieira (1992), que as políticas públicas sociais são interface da política econômica, ou seja, ambas constituem uma unidade indissociável que expressa as relações sociais que deitam raízes na esfera da produção. Isso significa que a execução das atribuições do Itesp, relaciona-se aos diversos elementos que compõem o ordenamento sociopolítico do governo estadual, que incide diretamente no tratamento dado às questões pertinentes à terra pelo órgão.

A Fundação dispõe de 700 funcionários, dos quais, 183 analistas de desenvolvimento agrário, cargo que prevê 11 perfis⁴. Dentre eles, o perfil serviço social e desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, comporta as seguintes áreas de formação: Serviço Social, Ciências Sociais, Pedagogia, Economia Doméstica e Psicologia Social. Conforme dados do Manual de Recursos Humanos da Fundação Itesp⁵, as atribuições gerais deste cargo são:

[...] prestar assistência às populações atendidas pela Fundação, visando o seu desenvolvimento socioeconômico, através de reuniões, palestras, workshops, excursões ou outros meios, capacitando-os para o estabelecimento dos seus projetos, tendo em vista a melhoria na qualidade de vida; propiciar aos beneficiários o acesso aos direitos sociais básicos, como saúde, educação e assistência social, estabelecendo parcerias com órgãos governamentais e não governamentais; encaminhar providências e prestar orientação social aos indivíduos e grupos, para atendimento as demandas emergenciais específicas; desenvolver estudos sócio-econômicos, visando mapear a realidade social das comunidades para subsidiar ações da Fundação; propiciar ao beneficiário, instrumentos que viabilizem sua integração na atual comunidade; Orientar estágios; estimular a organização da comunidade, em especial grupos de mulheres e jovens; propor a racionalização do uso dos equipamentos sociais, com a participação da comunidade assistida.

Segundo informações oficiais do órgão⁶, há em todo estado 14 analistas com esse perfil, dos quais 8 assistentes sociais, 3 sociólogos, 1 economista doméstico, 1 psicólogo social e 1 técnico. Destes assistentes sociais, foram selecionados quatro profissionais, localizados nas regiões Norte, Noroeste e Oeste do estado, especificamente nos municípios de Bebedouro, Andradina, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, realizada durante todo o processo de elaboração deste trabalho, no que concerne à pesquisa de campo, foram feitas entrevistas semi-estruturadas (Thiollent, 1985) com estes profissionais, mediante um roteiro previamente elaborado, que buscou identificar a formação acadêmica e a experiência profissional no Itesp, bem como a organização da Fundação, as ações, programas e projetos por ele implementados e consequentemente a participação do analista de desenvolvimento agrário nesse âmbito. Também objetivou apreender o trabalho desenvolvido por esses profissionais, as dificuldades encontradas, as propostas para melhoria deste trabalho e a relação estabelecida com os demais analistas de desenvolvimento agrário. Além disso, foram abordadas a particularidade da formação em Serviço Social e a contribuição para o trabalho desenvolvido enquanto

³ De acordo com dados da Fundação Itesp, disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acesso em setembro de 2006.

⁴ Os perfis previstos para o cargo de analista de desenvolvimento agrário são: agricultura familiar e desenvolvimento sustentável de comunidades rurais; serviço social e desenvolvimento sustentável de comunidades rurais; mediação de conflitos; criações de animais para agricultura familiar; formação e capacitação profissional; antropologia; agronegócios; meio ambiente, silvicultura e manejo florestal; análises sócio-econômicas e desenvolvimento sustentável de comunidades rurais; obras, estradas e infra-estrutura rural; identificação e acompanhamento de comunidades de quilombos.

⁵ Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/>. Acesso em setembro de 2006.

⁶ Tais informações estão de acordo com estimativas da Planilha da Área Social do Itesp/ janeiro 2005: Fundação ITESP, Grupo Técnico de Gestão Social, mimeo, 2005.

analista de desenvolvimento agrário assim como a percepção de tais sujeitos acerca da problemática agrária no país articulada ao trabalho que desenvolvem no processo de efetivação da Reforma Agrária como Política Pública. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas as falas dos sujeitos, as quais constituem a fonte deste estudo.

Soma-se à metodologia proposta, o acompanhamento destes profissionais no seu cotidiano de trabalho, que possibilitou apreender as relações construídas entre os diversos sujeitos que articuladas ao âmbito universal perfazem o retrato da Reforma Agrária paulista.

Embora a análise do material coletado ainda não tenha sido concluída, é possível tecer algumas considerações preliminares, como o papel de articulador de políticas públicas desempenhado pelo analista de desenvolvimento agrário, o qual busca estabelecer parcerias com as prefeituras municipais e diversos órgãos públicos e/ou privados, para efetivação das diversas políticas públicas decorrentes do processo de Reforma Agrária, sobretudo no que tange aos aspectos sociais (saneamento básico, infra-estrutura, habitação, educação, saúde, lazer, geração de renda, entre outras).

Essa problemática articula-se à quase ausência de recursos específicos da Fundação destinado à essas ações, o que inviabiliza o financiamento de programas e projetos frente as demandas apresentadas. Tal aspecto evidencia o direcionamento político em âmbito estatal dado às questões pertinentes à terra, o que metamorfoseia a real atribuição do Itesp, a medida que, contraditoriamente, compromete a consolidação dos assentamentos enquanto espaços de desenvolvimento político, socioeconômico e cultural das famílias que o compõem.

Logo, emana a compreensão de “campo de disputa” instituído nessa esfera, a qual deve ser apropriada e tensionada no sentido de assegurar a realização e alargamento das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo em consonância com os anseios dos trabalhadores rurais envolvidos nesse processo.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária de novembro de 2003*. Brasília, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEITE, Sérgio, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde (et. al.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. – Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde S. & LEITE, Sérgio (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas* – Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Editora Universidade/ UFRGS/ CPDA, 1999.
- PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? *Serviço Social & Sociedade*, nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.
- THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 4 ed. São Paulo: Pólis, 1985.
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

Bolsa: FAPESP